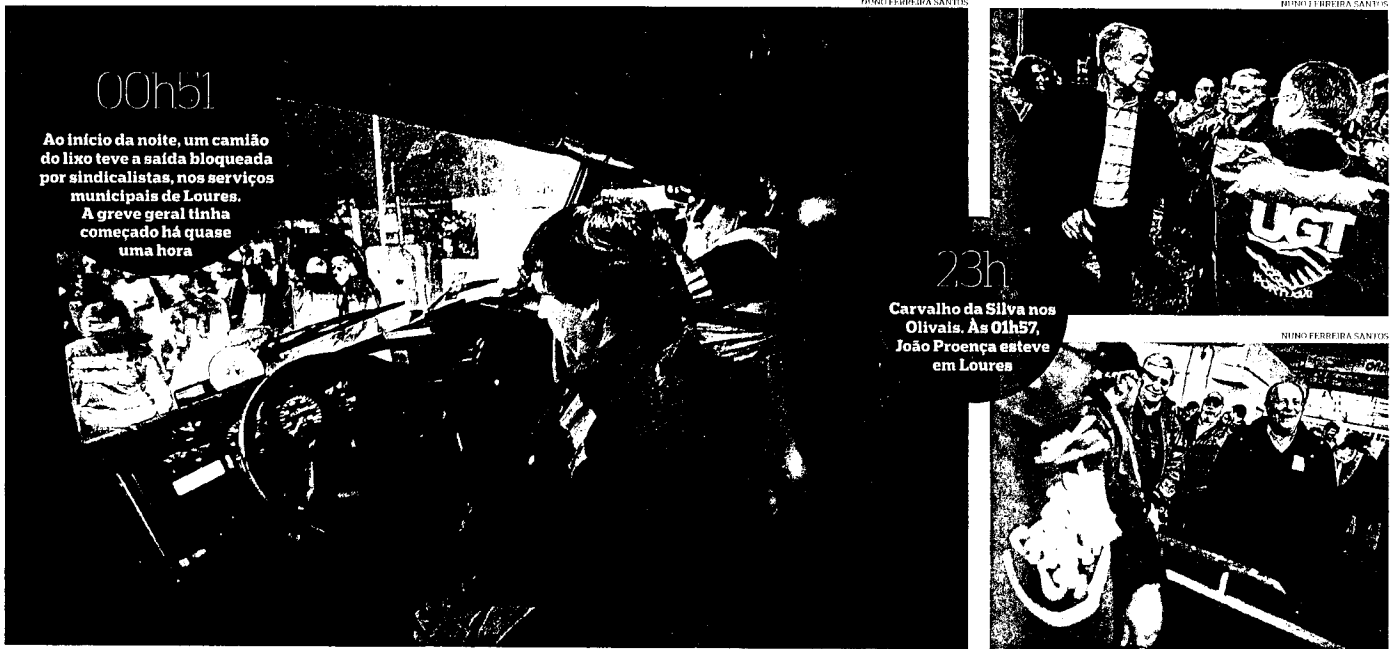


## Greve geral



# Sindicatos pedem recuo na austeridade após “a maior greve geral de sempre”

Governo diz que margem de manobra para mudar políticas “é nula”. José Sócrates não saiu de São Bento, ao contrário do que fizera Cavaco Silva, durante a greve geral de 1988

João Manuel Rocha

As centrais sindicais mostraram capacidade de mobilização, “músculo”, como lhe chamou o sociólogo Manuel Villaverde Cabral, e reclamaram a adesão de mais de três milhões de trabalhadores à greve geral de ontem. Mas o Governo, que contesta o número da CGTP e UGT, já fez saber que a margem de manobra para alterar as políticas que estiveram na origem da paralisação é “nula”.

A primeira reivindicação saída da “greve geral com mais impacto até hoje”, assim a apresentou o líder da CGTP, Carvalho da Silva, foi a insistência no cumprimento do acordo, assinado em 2006, para fazer chegar o salário mínimo a 500 euros em 2011 e na reposição dos apoios sociais cortados nos últimos meses.

Antes disso, a ministra do Trabalho, Helena André, tinha já dito à TSF que a margem de manobra para alterar as políticas que estiveram na origem da greve “é nula”. Essa é também a ideia do sociólogo Manuel Villaverde Cabral, segundo o qual, ao contrário do que aconteceu com a primeira greve geral conjunta, em 1988, o executivo “não pode ceder”, a sua margem de manobra “é zero”.

O Governo - que reconheceu apenas uma adesão de 28,6 por cento na administração central - foi contido nas reacções, mas viu um país diferente do retratado pelas centrais sindicais: ao fim do dia, a ministra disse que, se três milhões fizessem greve, o país teria parado e acrescentou: “Todos podemos observar, com algumas exceções, que não esteve parado.”

Para Villaverde Cabral, a greve “mostrou que os sindicatos têm ainda bastante ‘músculo’”, mas a possibilidade “de obtenção de resultados é nula”, disse ao PÚBLICO. O investigador do Instituto de Ciências Sociais refere que “qualquer cedência que o Governo fizesse seria vista no exterior” e “os mercados não precisam de muitos pretextos” para aumentarem a pressão sobre o país. “O Governo fará, com ou sem FMI, tudo o que for obrigado a fazer para não ser posto fora do euro”, referiu ainda. O sociólogo considera que “a greve acaba por ter uma visibilidade limitada” e para os protestos terem “um impacto mais político teria que haver uma manifestação monstra, teria que haver mobilização mais de rua”.

Quer Carvalho da Silva, quer João Proença manifestaram, no entanto, confiança de que a greve - que teve

particular expressão nos transportes, educação, saúde, autarquias e empresas do sector público - vai contribuir para mudar as políticas. “Vai ter efeitos no imediato e no futuro”, disse o líder da CGTP, que destacou a “transversalidade” do protesto e a adesão de muitos “sectores e camadas de trabalhadores com qualificações diversas”. “Não podem ser só os tra-

**3.000.000**

As centrais sindicais dizem que três milhões de trabalhadores fizeram greve.

**28,6%**

O Governo diz que só 26,8% dos trabalhadores da administração pública central não compareceram ao trabalho.

**52.423**

O maior contingente de grevistas foi no ministério com mais efectivos, a Educação. Dos 197 mil funcionários, 52 mil fizeram greve (27%).

ballhadores a pagar a factura. Assim, não. Não é por este caminho”, reforçou o secretário-geral da UGT.

Para além da luta pela reposição da protecção social dos trabalhadores, a questão central para os sindicatos é o “combate ao desemprego” - precisamente aquilo que o Governo apresenta também como objectivo das suas políticas. “As opções tomadas pelo Governo destinam-se em grande parte a fazer algo que é um dos objectivos desta greve: defender o emprego”, afirmou ontem Helena André.

A declaração confirma a ideia de que o Governo geriu com pinças a greve. O discurso foi contido e o executivo tentou nada dizer ou fazer para afrontar os sindicatos. José Sócrates não saiu de São Bento, ao contrário do que aconteceu em 1988, quando o então chefe do Governo, Cavaco Silva, visitou fábricas no dia da anterior paralisação conjunta.

Um membro do executivo admitiu ao PÚBLICO que a greve “era previsível” face às medidas de austeridade que o executivo tem vindo a adoptar desde Maio, com os PEC e depois agravadas no Orçamento do Estado. Mas reforçou a ideia de que não há alternativas.

O executivo, disse, “registra este

sinal da sociedade civil”, mas “não pode desviar-se do essencial”, que é a resposta à crise e à pressão dos mercados. O mais importante, acrescentou, é dar sinais de confiança e estabilidade. Ainda mais nesta conjuntura em que a Assembleia da República se prepara para aprovar o Orçamento, através de um acordo com o maior partido da oposição, o PSD, e as taxas de juro da dívida soberana andam, de novo, à volta dos sete por cento.

Na oposição, os partidos à direita manifestaram compreensão por quem aderiu à greve e os de esquerda consideram que o protesto vai ter consequências. Logo antontem, o presidente do PSD, Passos Coelho, disse que a vontade de mostrar “descontentamento” levaria “muita gente a fazer esta greve”. Ontem, o líder do CDS-PP, Paulo Portas, atribuiu a paralisação à “muita insatisfação” existente. O líder do PCP, Jerónimo de Sousa, considerou o nível de adesão uma derrota do “conformismo e da resignação”. Francisco Louçã, líder do BE, foi mais longe ao afirmar que o que ontem aconteceu “vai ter enormes consequências: vai começar a mudar o país e vai começar a mudar a política”. **com Nuno Simas**